

Uma corrida para aprovar o “pacote”

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, está convencido de que o conjunto de medidas econômicas enviada ao Congresso quinta-feira passada será aprovado sem problemas. “O objetivo das medidas é essencialmente justo”, disse ao editor Getulio Bittencourt, sexta-feira, em Foz do Iguaçu. “E, com elas, começaremos efetivamente a transferir renda para as camadas mais pobres no Brasil.”

Funaro observou que “fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para explicar as medidas aos congressistas. Tanto eu como o ministro (João) Sayad fomos ouvidos, e aplaudidos, nas duas Casas do Congresso. Atendemos às duas sugestões de parlamentares, inclusive a de devolver com antecedência o Imposto de Renda das faixas mais baixas de renda. Por tudo isso só posso supor que as medidas serão aprovadas sem dificuldades”, concluiu.

A expectativa em Brasília é de que a partir desta segunda-feira os líderes políticos da situação deve-

rão empenhar-se a fundo para obter a aprovação das medidas propostas, especialmente do projeto de lei que reforma o IR.

Informa o editor Walter Marques, de Brasília, que PMDB e PFL deverão mobilizar suas bancadas, que somam 305 votos, para garantir na terça-feira a aprovação do regime de urgência na tramitação do “pacote”. Apenas isso evitaria que o presidente Sarney venha a lançar mão do recurso do decreto-lei, assegurando que as medidas entrem em vigor no ano que vem. Como se sabe, o recesso parlamentar começa dia 5 de dezembro, quinta-feira próxima.

Sexta-feira passada o líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Pimenta da Veiga, não conseguiu aprovação, numa primeira tentativa, para a “urgência”. O governo, nesse dia, sofreu outra derrota. Pimenta da Veiga foi obrigado a retirar o requerimento de urgência para o projeto de lei que altera normas relativas à alienação pela União de ações de empresas estatais.

Alguns deputados teriam visto nesse projeto uma ameaça ao controle da União sobre as estatais. Pimenta da Veiga, depois de consultar o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, anunciou que o governo retirará o projeto, porque ele dá margem a dúvidas.

Os episódios exemplificam a dificuldade que deverá acompanhar a votação de “urgência” para o “pacote”. No PDS, o líder Prisco Vianna quer cooperar e está disposto a aprovar a “urgência”. Mas admite que não comanda um terço de sua bancada de 129 deputados. Os radicais do PDS, do PT e do PDT já anteciparam que pretendem pedir verificação de “quorum” na Câmara.

Pimenta da Veiga advertiu sexta-feira os seus colegas da Aliança Democrática, dizendo: “É imprescindível a presença das bancadas em Brasília, segunda-feira. Tudo depende do PMDB e do PFL. Quem ficar contra as reformas fica muito mal realmente”.